



2263 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES A PARTIR DO CENSO ESCOLAR DE 2017

Deisily de Quadros - PMC e UNINTER
Flavia Brito Dias - PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Edicléa Veiga - não
Rita de Cássia Turmann Tuchinski -

Resumo: Este artigo pretende ser base para apresentação em pôster e tece reflexões a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar de 2017 que apontam relações de fragilidades frente à formação do professor. Apesar de termos um público que demonstra interesse pela carreira docente, os índices mostram as constantes transformações políticas, econômicas e sociais, fatores agravantes que desencadeiam o abandono e desistência tanto do curso quanto da carreira. Observa-se também a falta de formação adequada dos profissionais que já atuam nas escolas, principalmente no que se refere à educação infantil. Frente a esses fatores, a questão da formação do professor destina-se a repensar os aspectos relacionados aos cursos de formação inicial (licenciaturas). Nesse cenário, propõe-se a refletir sobre o papel da Educação a Distância na formação dos professores, tanto os que já atuam nas salas de aula sem formação adequada como os que estão ingressando na profissão.

Palavras-chave: Formação do professor. Censo Escolar 2017. Educação a Distância.

FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES A PARTIR DO CENSO ESCOLAR DE 2017

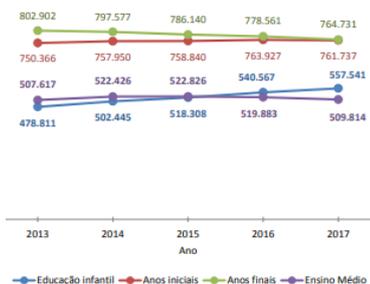
Resumo: Este artigo pretende ser base para apresentação em pôster e tece reflexões a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar de 2017 que apontam relações de fragilidades frente à formação do professor. Apesar de termos um público que demonstra interesse pela carreira docente, os índices mostram as constantes transformações políticas, econômicas e sociais, fatores agravantes que desencadeiam o abandono e desistência tanto do curso quanto da carreira. Observa-se também a falta de formação adequada dos profissionais que já atuam nas escolas, principalmente no que se refere à educação infantil. Frente a esses fatores, a questão da formação do professor destina-se a repensar os aspectos relacionados aos cursos de formação inicial (licenciaturas). Nesse cenário, propõe-se a refletir sobre o papel da Educação a Distância na formação dos professores, tanto os que já atuam nas salas de aula sem formação adequada como os que estão ingressando na profissão.

Palavras-chave: Formação do professor. Censo Escolar 2017. Educação a Distância.

É fato e consenso que não é possível promover uma boa educação básica se não houver um quadro de professores em qualidade e quantidade suficientes. No entanto, os números do Censo não apontam para esse caminho.

Atuam na educação básica no Brasil 2,2 milhões de professores. Desses, 557,5 mil professores estão na educação infantil, 1,4 milhões no ensino fundamental e 509,8 mil no ensino médio. Ou seja, o maior número está nos anos finais do ensino fundamental e a minoria se encontra nas salas de educação infantil, como mostra o gráfico 1 disponível no Censo Escolar 2017:

Gráfico 1: Professores que atuam na Educação Básica



Fonte: Censo Escolar 2017, p. 14.

E quem são os professores que atuam nas escolas do Brasil? O Censo Escolar 2017 aponta que as professoras são maioria na educação básica (80% dos docentes) e do total de professores 24,3% estão em escolas privadas. A maioria dos docentes está entre as faixas etárias 30

a 39 anos e 40 a 49 anos e apenas 4,6% correspondem a jovens até 24 anos.

Desses dados, a questão da formação dos professores chama a atenção: na Educação Básica 78,9% dos professores possuem nível superior completo. Na educação infantil esse número é 67,2%, no Ensino Fundamental Anos Iniciais 76,2%, no Ensino Fundamental Anos Finais 85,3% e no Ensino Médio 93,5%. Esses dados levam à seguinte problematização:

1. Por que os jovens não vêm escolhendo os cursos de licenciatura? Não almejam ser professores?
2. Qual é a relação da formação em nível superior com o nível de ensino em que o professor ministrará as aulas?
3. Como minimizar o grande número de professores que não concluiu o ensino superior?

Um dado significativo pode ser levado em conta na reflexão proposta: 69% das matrículas no ensino superior são realizadas em cursos de bacharelado. Isso caracteriza a escolha dos jovens por outros cursos que não os de licenciatura, o que corrobora os 4,6% de professores com idade inferior a 24 anos.

Como em outros países da América Latina, no Brasil, a carreira do magistério tem se tornado pouco atrativa para os jovens, principalmente para aqueles com maior poder aquisitivo e com melhor desempenho escolar (GATTI; BARRETO, 2009). Sob o olhar de Vargas (2008), a remuneração insatisfatória, baixo de prestígio social e más condições de trabalho são percepções que afastam os jovens da profissão (VARGAS, 2008).

Nesse interim, esbarra-se numa das condições para uma boa educação: a quantidade de professores, o que faz pensar: como tornar a profissão atrativa para garantir número de professores necessário para suprir a demanda da educação brasileira? E mais: como formar com qualidade esses professores? E como criar políticas para formar adequadamente os professores que já atuam na profissão e não têm ensino superior?

Ao observar a tabela 1, percebe-se que são os professores da educação infantil que mais atuam, proporcionalmente, na rede privada de ensino. Isso pode ser um indicativo de que na rede privada exige-se profissionais com menor qualificação.

Tabela 1: nível de ensino, número de professores, relação de trabalho

Nível de ensino	Número de professores	Rede pública	Rede privada	Professor sem ensino superior
Educação infantil	557,5 mil	69,3%	30,7%	32,8%
Ensino fundamental	1,4 milhões	84%	16%	23,8%* 14,7%**
Ensino médio	509,8 mil	77,7%	20,2%	6,5%

*Ensino Fundamental I/**Ensino Fundamental II

Frente à observação da tabela proposta, cabe ressaltar que até 2009 admitia-se na educação infantil e nos 4 primeiros anos do ensino fundamental professores com formação no ensino médio, na modalidade normal. Com o projeto de lei 5395/09, passou-se a exigir formação em nível superior para professores do ensino fundamental. E há o fato também do senso comum de que na educação infantil a ênfase está no cuidar, não no educar.

Na visão de Cury (2005), a educação infantil percorreu um longo trecho no Brasil com base assistencialista. Isto é, a prática voltada às crianças estava calcada apenas no cuidar. No entanto, a educação tem sua relevância, porque agrega todas as dimensões do ser humano. É nesse sentido que a caracterização das instituições de educação infantil como ambiente não só de cuidado, mas de educação traz uma perspectiva mais alentadora.

Cabe destacar que o educar na educação infantil vai muito além da construção do conhecimento e está pautada na humanização e na emancipação das crianças, valorizando seu tempo e sua infância como fase importante da vida e do desenvolvimento. Para tanto, existe a necessidade de formação de qualidade aos professores que estão envolvidos nesse processo. É o que o MEC coloca nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009): “[...] um dos fatores que mais influem na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças” (BRASIL, 2009, p. 54).

E com relação à qualidade? Como é a formação dos professores no Brasil? As políticas de formação de professores estão inseridas no cenário das políticas neoliberais, em que o Estado assume sua postura reguladora e avaliadora, com o intuito de redirecionar a educação para os interesses do mercado e sofrem os impactos das interferências dos organismos internacionais.

Com a preocupação do Estado e da sociedade em ampliar as oportunidades de inclusão de uma grande camada da população brasileira, historicamente excluída, voltou-se para a escola o seu devido protagonismo, exigindo um crescente investimento em infraestrutura e nos profissionais que atuam na educação, em especial o professor.

Frente a esse universo, Ens e Gisi (2011, p. 31) constatarem que “[...] as reformas educacionais implantadas no Brasil estão envoltas por concepções e propostas muito similares àquelas que circulam no plano mundial”. Diante desse cenário, as autoras explicam que “[...] é uma legislação que altera a atuação do professor no espaço escolar e em todo sistema educacional, alteram a formação inicial nas instituições de ensino superior e, por fim, repercute na profissão docente”.

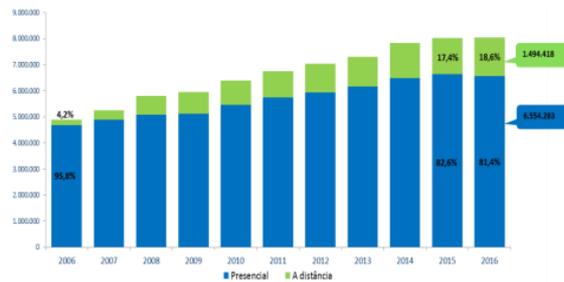
Assim, a atenção está voltada para a necessidade de uma formação adequada e de qualidade as profissionais da educação, o que ainda não é uma realidade no Brasil. Um dado do Censo do Ensino Superior 2016 corrobora o número de professores sem formação adequada que estão em salas de aula: em termos de instituições de ensino presentes nas regiões do Brasil, existe ainda pouca oferta de cursos superiores em algumas regiões: 18% no Nordeste, 11% Centro-Oeste e apenas 7% na região Norte.

Dessa forma, vê-se no Ensino a Distância (EaD) uma possibilidade de democratização da formação no ensino superior, visto ser uma modalidade que chega em locais carentes de instituições e que permite que profissionais que já atuam no magistério possam voltar a estudar,

devido à flexibilidade de horários.

De acordo com os dados elencados no Censo do Ensino Superior 2016, o número de matrículas na modalidade a distância encontrava-se em 1,5 milhão no Brasil. Tal contexto representa 18,6% do total de matrículas da educação superior. A possibilidade da EaD abre caminhos para a expansão e democratização do Ensino Superior, o que possibilita levar a Educação aos mais distantes locais dentro do território nacional. A crescente adesão à modalidade EaD é apresentada em números no Censo do Ensino Superior, observados no gráfico 2:

Gráfico 2: número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2006/2016



Censo da Educação Superior 2016, p. 7

Em consonância com os dados apresentados pelo Censo do Ensino Superior, em 2016 e 2017, no contexto da crise econômica brasileira, observou-se que os alunos que recém finalizaram o ensino médio passaram a considerar a EaD como opção para o ensino universitário, o que pode vir a ser um caminho para conquistar a formação de qualidade dos profissionais da educação.

Algumas considerações...

É fato que uma educação de qualidade depende da formação adequada dos professores, bem como do número suficiente de docentes em sala de aula. Em contrapartida, o que se percebe por meio dos dados trazidos pelo Censo Escolar 2017 é que o magistério se tornou uma profissão pouco atrativa e que muitos professores que já atuam nas escolas do Brasil não têm a formação adequada.

Nesse sentido, políticas públicas precisam restaurar o prestígio social do docente, boas condições de trabalho e um salário adequado para que o magistério se torne novamente uma profissão bem quista pela sociedade. E a Educação a Distância se mostra como uma alternativa para formar profissionais que já atuam nas escolas e também aqueles que estão ingressando na profissão, visto que oportuniza horários de estudo flexíveis e permite que pessoas que vivem em locais onde há carência do ensino superior concluam cursos de licenciatura, o que garante professores com formação adequada e em número suficiente para atuar nas escolas conforme a demanda. Assim, se faz necessário que o ensino ofertado pelas instituições de EaD seja de qualidade, de modo a formar bons profissionais da educação.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores de qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/INEP. **O Censo da educação superior 2016** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/INEP. **Censo escolar da educação básica 2017**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017

CURY, C. R. J. **Os Fora de Série na Escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ENS, Romilda Teodora; GISI, Maria Lourdes. Políticas educacionais no Brasil e a formação de professores. In: ENS, Romilda Teodora.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Políticas de formação do professor**: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 25-49.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: Unesco, 2009.

VARGAS, H. M., (2008). **Represando e distribuindo distinção**: a barragem do ensino superior. Tese de Doutorado, PUC-Rio.

Gráficos e Tabela:

Gráfico 1: Professores que atuam na Educação Básica: Censo Escolar 2017, p. 14.

Gráfico 2: Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2006/2016 - Censo da Educação Superior 2016, p. 7

Tabela 1: nível de ensino, número de professores, relação de trabalho